



Populismo e neopopulismo: teorias, contextos e práxis

SILVANA KRAUSE

Doutora em Ciência Política (Katholische Universität Eichstätt - Ingolstadt)

Professora da Universidade Federal de Goiás (UFG)

Goiânia, Brasil

krausesilvana@yahoo.com.br

KARL DIETER HOFFMANN

Doutor em Ciência Política (Universität des Saarlandes)

Coordenador executivo do ZILAS - Zentral Institut für Lateinamerika

Studie (Katholische Universität Eichstätt)

Ingolstadt, Alemanha

karl.hoffmann@ku-eichstaett.de

O PRESENTE DOSSIÊ TEMÁTICO partiu do objetivo de reunir reflexões sobre um fenômeno político já muito debatido e que produziu obras clássicas na ciência política brasileira e internacional. No entanto, o tema populismo, que se apresentou tradicionalmente de forma bastante associada ao continente latino-americano em meados do século XX, ressurgiu com uma nova agenda de investigações. Isto não somente com o desenvolvimento das “jovens” democracias da “terceira onda” na América Latina e Leste Europeu, mas também nas chamadas democracias maduras com a ascensão de lideranças e tipologias políticas de características identificadas com o populismo.

É neste sentido que analistas têm chamado a atenção para um fenômeno que emerge com novas configurações, acoplado com estilos de “fazer” política já conhecidos. Para muitos cientistas sociais, tem se desenvolvido em vários países um perfil político que extrapola o controle das instituições democráticas e reforça vícios enraizados na cultura política latino-americana. Porém, haveria aqui uma “novidade” caracterizada e batizada por muitos como neopopulismo. Com os desafios colocados às democracias do século XXI há indicadores de que o esgotamento e os limites das instituições políticas representativas têm gerado e fomentado lideranças políticas com vieses que mesclam estilos do “velho” e conhecido populismo (ex: liderança carismática, messianismo, anti-imperialismo, personalismo, nacional-desenvolvimentismo) com algo “novo” (ex: antipolítica, nacionalismo anti-integração global, lideranças suprainstitucionais). Observa-se que, por um lado, a nova conjuntura internacional, com desafios políticos distintos, gerou um fenômeno que permanece, porém com novas roupagens, em países que já vivenciaram o populismo. Por outro, há elementos centrais desse fenômeno que também podem ser encontrados em países que não tiveram a experiência política do populismo. Seria assim um perfil que se amolda ao contexto político e econômico do século XXI assoberbado pelas novas demandas políticas e esgotado pelas frustrações geradas nas experiências da democracia representativa. O neopopulismo mostraria novas configurações, adaptando-se em espaços geográficos já dantes conhecidos e se apresentando também como alternativa de fazer política em momentos de crise das instituições democráticas maduras com alto grau de novas demandas.

A preocupação com o surgimento do fenômeno em pleno século XXI nas democracias consideradas consolidadas pode ser vista em uma interessante entrevista¹ concedida em 9/4/2010 pelo ex-primeiro-ministro belga e presidente do conselho europeu Herman Van Rompuy. Na entrevista é destacado pelo presidente da União Europeia que o maior perigo que ronda a Europa é o populismo reinante e, como consequência, a falta de compromisso europeu.

Os organizadores deste Dossiê pretenderam abarcar artigos que abordassem análises pertinentes a aspectos teórico-conceituais do fenômeno, reflexões sobre seu impacto no sistema político democrático, bem como estudos de casos. Tínhamos a intenção de trazer não apenas contribuições que oferecessem um olhar do ponto de vista da Ciência Política, da Sociologia e da História, mas também uma perspectiva interdisciplinar, capaz de trazer luzes a uma série de lacunas ainda a serem preenchidas para a compreensão desta realidade política. A expectativa era não só contemplar artigos que se referissem a países latino-americanos, mas também oferecer espaço a autores de outros continentes, fomentando um diálogo frutífero a partir de tradições acadêmicas e experiências distintas.

Acreditamos ter cumprido esse objetivo. Desejamos que o Dossiê ofereça material capaz de dar continuidade a estudos que se debruçam sobre uma temática cada vez mais pertinente para a compreensão das tendências observadas nos sistemas políticos contemporâneos.

A ordem dos artigos do Dossiê obedeceu a uma lógica que coloca, primeiramente, os textos de abordagem teórica, e, posteriormente, os estudos de caso, partindo do continente latino-americano para outros continentes.

Foram contemplados ao todo sete artigos, iniciando-se com a contribuição de uma autora alemã, Irene Kögl, que propõe uma síntese avaliativa a respeito dos estudos do fenômeno populismo no que diz respeito às dimensões dos paradigmas teóricos e epistemológicos que norteiam as pesquisas. Fazendo um resgate dos caminhos trilhados neste campo, Irene aponta para alternativas metodológicas que possam superar problemas referentes às oposições dos diferentes referenciais teóricos que analisam o controverso fenômeno populismo.

O segundo artigo, de Marcello Baquero, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), apresenta uma reflexão sobre o fenômeno no continente latino-americano. Sua preocupação é observar os impactos que o populismo causa na cultura política e nos partidos. Partindo da análise das origens do populismo, o autor apresenta elementos que se mantêm presentes no continente, apesar das transformações econômicas das últimas décadas. Fragilidade e esgotamento das instituições representativas e uma cultura política centrada na “desconfiança” são apontados como “peças” fundamentais na engrenagem que alimenta lideranças populistas e ajudam a explicar sua permanência. O artigo de Baquero inspira o desenvolvimento de estudos comparativos que extrapolem análises limitadas a estudos de caso na América Latina, especialmente quando destaca a “desconfiança” nas instituições políticas como um fator central que fomenta o surgimento de lideranças populistas, que atuam preponderantemente fora de canais sustentados pela institucionalidade política. Aqui há uma variável interessante a se avaliar: em que medida e de que forma esse fenômeno se apresenta tanto nas novas democracias do leste europeu como também na Europa

1. Disponível em: <http://www.elpais.com/articulo/internacional/peligro/Europa/populismo/elpepiint/20100409elpepiint_4/Tes>.

unificada, que tem enfrentado enormes desafios para conduzir a construção e a consolidação de sua nova ordem institucional? A desconfiança seria, assim, um elemento comum presente em distintos países que passam por um excesso de novas demandas, esgotando os canais políticos representativos instituídos?

O artigo seguinte, de autoria dos argentinos Carlos Moreira e Sebastián Barbosa, trata de uma análise específica do “kirchnerismo”, na Argentina. Com a pretensão de primeiramente traçar um perfil dos fatores que fomentaram a ascensão do assim chamado “kirchnerismo”, os autores apresentam elementos presentes na ascensão de Néstor Kirchner que são verdadeiros “ninhos receptivos” e condicionantes para a constituição e desenvolvimento de lideranças de estilo populista. É destacada, nesta conjuntura de chegada ao poder, especialmente a fragilidade das instituições políticas. Partidos fragmentados, rupturas de alianças sociais que distanciaram e desarticularam as conexões entre o Estado e a sociedade argentina e a inexistência de maiorias para governar são os principais aspectos apontados. O “kirchnerismo”, nesta constelação, teve um ambiente aberto e favorável ao desenvolvimento de seu estilo populista de governo e liderança. O jeito “Kirchnerista” de ser e governar cristaliza mazelas já conhecidas na tradição política do país: concentração de poder na figura e vontade do presidente, desrespeito às regras institucionais, maiorias políticas constituídas paralelamente, acima e transversalmente aos padrões sustentados na base partidária do partido do governo.

Segue o artigo do argentino José Marcelino Fernandez Alonso, também propondo uma análise do “kirchnerismo”.

No entanto, a reflexão do autor expressa um olhar diferenciado de seus conterrâneos que tratam do fenômeno neste dossiê. Alonso se inspira especialmente na metodologia de análise de discurso para compreender a base de construção e sustentação de Néstor Kirchner em seu período de governo. De acordo com o autor, a ascensão de Kirchner ao poder reflete as condições de um país esgotado com a experiência da “onda neoliberal”, marcada por tensões e crise política, elementos também destacados no artigo de seus colegas argentinos. O diferencial da ótica do autor é colocar no centro da construção e sustentação do projeto hegemônico batizado como “populismo conciliador” a lógica discursiva de exclusão e integração de referenciais identitários. São apontados dois momentos neste processo: a recondução da discussão e suspensão da dívida externa e a contraposição ao Uruguai na disputa e debate sobre a fábrica de celulose. Os dois constructos discursivos fundamentam o motor que delinea a base do “populismo conciliador”. Uma dinâmica discursiva que exclui e integra, estabelece e delimita as fronteiras identitárias nacional *versus* estrangeiro, processando a legitimação do poder.

Saindo das análises do “kirchnerismo” na Argentina temos a contribuição de Raphael Seabra, que trata do controvertido caso venezuelano. O autor chama a atenção para a necessidade de diferenciar “chavismo”, “bolivarianismo” e “populismo”. Defende a tese de que na Venezuela há elementos importantes comumente ignorados nas análises e fundamentais para o entendimento da realidade política do país, destacando a mobilização e o desenvolvimento de organizações sociais que, nos últimos anos, se apresentaram com uma expressiva participação política. Seabra argumenta que, embora o movimento político “bolivariano” na Venezuela carregue um potencial emancipatório, ele enfrenta uma politização com enormes desafios para superar formas tradicionais de ações políticas moldadas pelos sindicatos e partidos. Na

avaliação do autor, a “revolução bolivariana” é constituída por uma participação popular que resgata valores nacionalistas, antioligárquicos e anti-imperialistas associados a um processo que não apresenta elementos de um governo populista. Primeiro, porque Chaves surge como um efeito desse processo em curso no país, e sua liderança incorpora características contraditórias, que não poderiam ser classificadas como típicas de uma liderança populista, visto que, em sua trajetória política, Chaves apresenta-se em alguns momentos como um líder “mediador e aglutinador”, noutros como “impulsionador” ou “subordinador” do processo emancipatório. Segundo, porque o populismo só pode ser entendido como um fenômeno historicamente localizado, ou seja, próprio de uma conjuntura específica do continente latino-americano durante o período entre guerras (1914-1945).

Saindo do continente latino-americano, o artigo da cientista política búlgara Christiana Cristova nos oferece uma rica descrição e reflexão sobre o caso da Bulgária no período após a queda do regime comunista em 1989. Na análise da autora, o surgimento e desenvolvimento de lideranças populistas deve ser compreendido a partir da crise de legitimidade por que o país passa com a desintegração do regime comunista e a construção de um processo de busca de integração com a comunidade europeia. Cristova identifica a ascensão e a evolução de partidos políticos com características marcadamente populistas, apresentando alguns elementos centrais como: representação de uma imagem homogênea de “povo” (“nós” x “eles”, “Deus” x “Demônio”, “povo” x “poderosos”), ausência de estruturas partidárias institucionalizadas, de comunicação direta entre a liderança e o “povo” e de questionamento do caráter da democracia representativa. A crise de representatividade pode ser observada, especialmente, pelo baixo comparecimento eleitoral e pela sobrevalorização de instâncias midiáticas na comunicação política, fortalecendo a personalização da política. O artigo também destaca a cultura política búlgara, carregada de percepções antilite e identificada com valores igualitaristas que permanecem e se adaptam às transformações em curso no país.

Por fim, temos o artigo do cientista político russo Yury Korgunyuk, que nos oferece uma rica incursão na realidade política russa pós-União Soviética e se debruça em uma análise do surgimento de partidos políticos no país com características identificáveis com o fenômeno populista. Korgunyuk chama atenção para uma aliança inusitada entre correntes liberais e lideranças populistas, algo curioso, mas compreensível, considerando a desintegração das instituições políticas e as enormes demandas advindas das transformações sofridas após a queda do sistema político soviético. No artigo são apresentados elementos que sugerem algumas semelhanças com o caso latino-americano, como lideranças carismáticas, personalismo político, instituições frágeis e perspectivas filiadas a concepções nacional-desenvolvimentistas com forte viés antiglobalização. Segundo Korgunyuk, esse perfil é encontrado em vários partidos russos, não se limitando a um espectro específico associado a identidades ideológicas, ou a legendas de esquerda ou de direita. No cenário partidário da política russa, traços populistas ascendem fomentados por uma cultura política antiamericana e antiocidental, reconfigurando-se com a roupagem de um saudoso império desintegrado e desejoso de se reconstituir.

Um breve balanço das reflexões apresentadas nos artigos deste Dossiê possibilita destacar especialmente duas dimensões a serem tratadas nesta linha de pesquisa e que merecem investimento para novas investigações. A primeira diz respeito a uma questão de natureza con-

ceitual e classificatória que possa oferecer um campo comparativo mais seguro, uma vez que há ainda muitos flancos na forma de identificar o fenômeno. Isto leva a problemas de delimitação das fronteiras do próprio objeto, o que talvez possa explicar as dificuldades de estabelecer uma linguagem comum mais precisa quanto ao próprio fenômeno, conduzindo com frequência a um terreno gelatinoso e de generalizações. Ou seja, as características gerais encontradas em diferentes espaços e tempos seriam propriamente referentes ao populismo ou estaríamos, em muitos casos, tratando de um outro problema, condicionado por elementos de um sistema representativo em crise? A segunda, mais de natureza sociológica e de cultura política, mas entrelaçada com a questão anteriormente mencionada, é o desafio de amadurecer o debate que se refere ao ambiente fomentador da ascensão de características do assim nomeado “estilo populista de ser”, encontradas tanto nas democracias jovens como nas maduras. Estaria em foco um mesmo fenômeno político ou haveria diagnósticos equivocados, tratando-se apenas de variáveis comuns, ligadas, todavia, a “doenças” distintas, advindas de diferentes agentes?

Encerramos esta apresentação desejando uma boa leitura. Que este Dossiê sirva de inspiração para que novos caminhos sejam trilhados e novos marcos possam ser encontrados na pesquisa sobre o tema em tela.